

Processos emancipatórios na América Latina: o caso de Brasil e Cuba no século XIX

Emancipatory processes in Latin America: the case of Brazil and Cuba in the 19th century

Maria Larisse Elias da Silva

Universidade Federal Fluminense

Ana Elizabete Moreira de Farias

SME da Prefeitura Municipal de Baixio-CE

Resumo: O presente artigo objetivou analisar o modo como os processos emancipatórios se constituíram ao longo do século XIX no Brasil e em Cuba, a partir dos estudos literários. Para isso, analisamos três bibliografias já publicadas de autores consolidados, como Sidney Chalhoub (2018), Leyla Perrone-Moisés (2011) e Juan Gelpí (1991), a fim de compreender de que modo os conceitos de nação, raça e identidade contribuíram para o desenvolvimento das emancipações na América Latina. Contamos, portanto, com a análise de texto e o confronto de ideias entre diferentes autores que debateram o referido tema como um recurso metodológico. Pelo que foi analisado e discutido, foi possível entender que o uso da literatura se deu de formas variadas ao longo do século XIX por diferentes regiões da América Latina, estando elas em processo de independência ou não, como foi o caso do Brasil e de Cuba.

Palavras-chave: Processos emancipatórios; América Latina; Brasil e Cuba; Literatura; Nação.

Abstract: This article aimed to analyze the way in which the emancipatory processes were constituted throughout the 19th century in Brazil and Cuba, based on literary studies. For this, we analyzed three bibliographies already published by established authors, such as Sidney Chalhoub (2018), Leyla Perrone-Moisés (2011) and Juan Gelpí (1991), in order to understand how the concepts of nation, race and identity contributed to the development of emancipations in Latin America. We therefore rely on text analysis and the confrontation of ideas between different authors who discussed the aforementioned topic as a methodological resource. From what was analyzed and discussed, it was possible to understand that the use of literature took place in different ways throughout the 19th century by different regions of Latin America, whether they were in the process of independence or not, as was the case in Brazil and Cuba.

Keywords: Emancipatory processes; Latin America; Brazil and Cuba; Literature; Nation.

Aspectos da formação do Estado nacional na América Latina

Os estudos históricos das últimas décadas têm se dedicado a realizar leituras acerca dos diferentes processos de formação do Estado nacional na América Latina ao longo do século XIX, a fim de compreender não apenas a dinâmica empregada pelas sociedades em questão durante a constituição das nacionalidades, mais também o emprego de conceitos como *nação*, *pátria*, *raça* e *identidade* e as suas diferentes formas de intersecção.

O historiador Eric Hobsbawn (1991) discutiu em sua obra, “Nações e nacionalismo desde 1780”, o que poderia ser considerado como características básicas da nação moderna e como tudo o que de alguma forma estivesse conectado à respectiva nação seria considerado modernidade. Sendo assim, para pensar os meandros da nação enquanto novidade, o autor trilhou um percurso metodológico em que se ateu à historicidade do termo, ou seja, organizou as diferentes significações que o constituíram ao longo do tempo e de espaços incomuns.

Ele não deixou de destacar, por exemplo, que antes do século XIX já existiam sentidos atribuídos ao termo ‘pátria’ ligados às concepções de “lugar”, “terra” ou “município” onde se nascia o sujeito. Chamou a atenção ainda para o fato de que na Alemanha do século XVIII, tratavam o termo como sendo o significado de um número unido de *burger* “[...] os quais compartilhavam um corpo de costumes, valores, leis...” (HOBBSAWM, 1991: 30).

A noção de “territorialidade” não se dava excepcionalmente pela palavra, mas pelo modo como partilhavam seus saberes nas vivências em comum – principalmente porque membros de nações distintas poderiam conviver numa dada província. Percebe-se, porém, que havia critérios de maior relevância na concepção de Hobsbawn (1991), entre eles a religião, a etnia e a língua, mas eles não eram, por sua vez, predominantes.

Ao longo do texto, Hobsbawn (1991) seguiu destacando os diferentes usos e transformações do termo, principalmente na Europa, onde o termo foi sendo aperfeiçoado mediante as diferentes apropriações dadas ao longo do tempo; tornando-se, por sua vez, um conceito à medida em que começou a ser operacionalizado e utilizado nos discursos políticos e sociais, trazendo pela ordem do discurso a ideia de “princípio de nacionalidade”, principalmente a partir de 1830.

Em âmbito de América Latina, ao pensar os modos com os quais as comunidades iam adquirindo aspectos em comum, é importante levar em consideração a ideia da construção. Ou seja, que a perspectiva de nação não provinha, portanto, de um condicionamento natural em que um dado grupo possuía estabilidade em suas noções e concepções, e isso seria suficiente para uni-los – mas que a própria ideia de nação era fruto de um processo, ou seja, se constituía como “comunidades imaginadas”, conforme discutiu Benedict Anderson (2008).

A partir dessa perspectiva, Anderson (2008) começou a entender o nacionalismo (bem como a nacionalidade) como sendo um produto cultural aperfeiçoado mediante o contato entre diferentes segmentos e forças históricas (econômicas, culturais e sociais) que, aos poucos, se mostrou capaz de sobreviver em múltiplos espaços e graus de consciência, todavia, com

algumas ressalvas.

Em um primeiro ponto na esfera da “identidade nacional” na concepção moderna, por exemplo, pressupunha a inserção de classes populares no cotidiano da política com o intuito de defenderem seus interesses e anseios. No entanto, se pensarmos na experiência da América espanhola, ao passo que se teve uma maior tentativa de participação popular, houve, por sua vez, reações contrárias que se distanciaram da perspectiva de nacionalismo “popular” discutida por Hobsbawm (1991).

O próprio Anderson (2008) observou que não era pelo fato de os criollos se autodenominarem como americanos, que suas respectivas ideias de independência teriam um aspecto “pré-nacional”, ou seja, que o termo “nação” teria alguma significância – principalmente porque a esfera de interesse da elite “criolla” estava focada no local, na defesa da economia interna –, não havia um sentimento nacionalista preexistente que viesse a determinar, por sua vez, as configurações territoriais da América Latina.

A necessidade de refletir sobre esses conceitos não se resume, por sua vez, ao estudo da etimologia dos termos, pois, para além dos usos e empregos dessas palavras, elas ganharam novas configurações de acordo com a operacionalidade concebida pelos independentistas latino-americanos “[...] durante o processo de construção das novas identidades políticas que se sucederam ao colapso das metrópoles ibéricas.” (CHIARAMONTE, 2003: 61).

A construção das nações no Brasil e na América Espanhola: o século XIX em pauta

Richard Graham (2001) propôs uma discussão sobre a construção das nações no Brasil e na América Espanhola durante o século XIX, e enfatizou de forma problematizadora, inicialmente, duas perspectivas sobre esses processos. Uma primeira dizia respeito ao modo de pensar daqueles que ainda hoje acreditam que a ideia de “solidariedade” e a “identidade nacional” pré-existiam aos estados independentes, bem como perpassavam o estabelecimento do “[...] estado como o primeiro passo para a criação de uma nação...” na América Latina (GRAHAM, 2001: 12). O referido debate defendia o argumento de que as nações, por sua vez, antecediam o estado.

Esse argumento, por outro lado, foi problematizado pelo segundo eixo de pensamento que de um lado considerava o estado como sendo uma “[...] criação de uma classe dominante.” (GRAHAM, 2001: 12). E, por outra ótica, havia os debatedores que defendiam a perspectiva de que o estado agia de forma livre, por vontade própria, distante dos interesses de grupos e classes, e que, por sua vez, servia, portanto, de forma geral, agregando todos os interesses – o que acabou por ignorar a posição das classes sociais nos processos de independência.

Entre os trabalhos analisados pelo Graham (2001), fizeram parte alguns estudos historiográficos que se dedicaram a discutir, por exemplo, a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – que nas primeiras décadas do século XIX era uma produção tida como “semi-oficial”. Entre os autores analisados esteve José Honório Rodrigues, que,

defendeu que “[...] a nação já havia existido há muito tempo... **para ele**, D. Pedro I descobriu que os brasileiros estavam animadamente preparados para endossar sua declaração de independência do Brasil e que permaneceram unidos... por um sentimento nacional.” (GRAHAM, 2001: 14, grifo nosso).

No entendimento das produções que fizeram parte do cotidiano do século XIX, é importante já começar a chamar a atenção para o papel que a literatura desempenhou lado a lado com a formação da identidade e da nação brasileira. No início do século, era notável a existência da influência de costumes estrangeiros, inclusive europeus, no desenvolvimento da nacionalidade brasileira. Todavia, para que se resguardasse o chamado paradigma romântico, era preciso ter uma literatura própria, ou seja, brasileira.

Apesar de no início do dezenove as produções não terem tanta distinção da literatura portuguesa, em virtude da necessidade de se diferenciar e propor originalidade frente aos modelos temáticos difundidos pelos europeus, ou seja, uma discussão que se voltasse para o Brasil por meio do romantismo que se opunha a literatura clássica europeia que não dialogava com o cenário local.

Ainda de acordo com Graham (2001), existia, portanto, um debate que defendia a ideia de “sentido profundo de unidade”, “orgulho nacional nascente”, “aspiração partilhada” antes mesmo da separação com Portugal, ou seja, já havia (na concepção desses autores) uma latência partilhada pela independência e que o triunfo inicial da consciência nacional veio com a Proclamação da Independência do Brasil. E que foi, por sua vez, esse sentimento profundo à terra natal que possibilitou a não fragmentação do território após a Independência.

Discutindo sobre esse aspecto da unidade nacional no caso do Brasil, Graham (2001) partilhou de uma perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda de que a ideia de unidade nacional estava frágil, tanto antes como também após a Independência e isso durou até meados do século XIX. Acredita-se, portanto, que um dos fatores que contribuiu para essa sensação de fragilidade foi porque a “identificação com a unidade territorial” se deu por meio da tentativa de libertação do domínio português apenas de algumas partes do Brasil, e que, por sua vez, não desejavam submeter-se ao Rio de Janeiro. Mais à frente, Graham chamou a atenção para o fato de que:

América portuguesa poderia facilmente ter seguido o mesmo curso da América espanhola, e alguns contemporâneos tinham exata consciência dessa possibilidade, alguns incentivando-a e outros condenando-a. No entanto, pelos meados do século XIX, o Brasil emergira como um país único, e os líderes locais já se consideravam como vinculados a outros através de todo o território (GRAHAM, 2001: 22).

Graham (2001) não se exime de se posicionar ao enfatizar que ele também partilhava, naquele momento, da ideia de que o estado conduziu a formação de uma nação, por exemplo. No entanto, ele deixou evidente que mesmo entendendo como um processo, ele observava-o como sendo algo mais circular do que, por sua vez, linear.

Para ele, um dos motivos mais latentes que contribuíram para a unidade no Brasil foi as

preocupações econômicas e sociais, por isso, a crescente aceitação de um estado centralizado por parte, principalmente, da elite agrária, da classe senhorial e daqueles que eram vistos como “intelectuais orgânicos”, que, por sua vez, se dispunham a opor-se aos escravizados e à plebe urbana.

É válido ressaltar que à medida em que o Brasil foi alcançando a sua Independência, foram surgindo revoltas em diferentes regiões e algumas delas tinham relação direta com a questão da desordem social – uma das preocupações dos grupos de elite mencionados anteriormente –; “O fato que o Brasil dependia do trabalho escravo pode explicar porque a desordem social era tão ameaçadora às classes dominantes, durante o segundo quartel do século XIX.” (GRAHAM, 2001: 29-30).

Todavia, as classes dominantes não temiam apenas uma revolta por parte dos escravizados, para além disso, elas tinham receio de perderem a sua dominância social, o prestígio e *status quo* ao serem, de certa forma, submetidos aos perigos que a plebe urbana, que a resistência que as classes inferiores representavam para o seu domínio local, sua posição econômica e social – uma vez que, aqui no Brasil, era muito mais intensa do que em outros países da região hispano-americana.

A Monarquia no Brasil seria como uma alternativa de governo autêntico, ou seja, que iria oferecer legitimidade aos chefes locais, que teriam a sua autoridade reforçada pela regulamentação advinda do Poder Monárquico. Para Graham (2021: 33), “A legitimação imperial e a efetivação da autoridade do monarca serviam aos líderes locais melhor do que poderiam fazer qualquer repúblicas fragmentadas.”

Isso demonstra, portanto, que esse sentimento nacionalista tinha uma forte tendência regionalista, mas que, no entanto, via no poder centralizador da monarquia uma oportunidade de nutrir o seu poder político frente às diferenças, sem que, para isso, fosse preciso desestabilizar a ordem social com uma guerra, por exemplo. A isso servia o simbolismo da figura do Imperador e o estado central, uma vez que eles fortaleciam a hierarquia social e ajudava a manter a autoridade local – sendo, desse modo, um instrumento para os proprietários e escravocratas que se encontravam espalhados pelas diferentes regiões do Império que dominavam a classe pobre e os escravos por meio da política local ao que Graham (2001) chamou de clientela.

A partir da análise empreendida por Graham (2001), em que ele tomou como aporte diferentes leituras historiográficas, foi possível compreender um ponto importante na discussão sobre esse sentido de unidade da nação; que ele era, na realidade, algo forjado por meio dos laços, das redes de sociabilidade, do compadrio nas fronteiras regionais... “[...] a essência da coesão residia em uma rede nacional de clientelismo e patrocínio, baseada nos princípios gerais da hierarquia, da lealdade e das obrigações pessoais [...], a lealdade para com a nação foi demonstrada na localidade.” (GRAHAM, 2001: 43).

Esse sentido de unidade da nação, no entanto, não desconsiderava as categorias de raça e classe. Pelo contrário, na visão da maioria dos brasileiros de meados do século XIX, mesmo impulsionando a ideia de único povo, existia a divisão social e, se pensar pelo lado dos

escravizados, de acordo com Graham (2001), esses também não se consideravam “brasileiros” igualmente como os grupos de elite que promoviam o sentido de unidade. Quem se considerava brasileiro era aquela camada rica, que se diferenciava dos demais grupos por seu poderio econômico, pela sua influência e capacidade de controlar os diferentes agentes sociais em cada província.

Dito isso, pelo modo como Graham (2001) problematizou o contexto de Independência do Brasil, bem como a constituição do sentimento nacionalista, percebe-se que a construção narrativa dele intencionou apresentar elementos que fundamentassem a noção de que o senso de nacionalismo no Brasil foi mais fraco, constituindo-se, apenas, de forma gradual; ou seja, de acordo com os acontecimentos e interesses dos grupos que participação da política na época. As solidariedades entre as várias regiões proporcionaram vínculos que emergiram rumo à ideia de “nação única” conhecida como Brasil.

As manifestações dos grupos subalternos, especialmente os escravos, eram expressas muitas vezes nos contos, nos romances e na literatura do século XIX de uma forma geral. O historiador Sidney Chalhoub (2018), autor de várias obras relacionadas a escravidão, lançou um verbete sobre ‘Literatura e Escravidão’ no livro *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*, organizado por Lília Schwartz e Flávio Gomes.

Como já dito, Chalhoub (2018) possui uma vasta experiência no debate sobre a escravidão no Brasil do século XIX, mas, neste momento o foco será dado ao modo como o historiador problematizou algumas literaturas produzidas principalmente no Segundo Reinado, interconectando com os aspectos de raça e nação. Ou seja, a preocupação agora será entender de que forma o debate da constituição do nacionalismo se mostrou presente no verbete a partir do entrelaçamento dessas noções que se fizeram presentes nas últimas décadas do dezenove.

Analisando a obra *Memórias de Brás Cubas*, em que o autor faz uma descrição detalhada dos preparativos de um festejo em que reuniram os melhores objetos da família para a ocasião, Chalhoub (2018) chamou a atenção para a ocultação dos sujeitos naquela narrativa, ou seja, naquele cotidiano senhorial em que “matou-se um capado; (...) lavaram-se, arearam-se, poliram as salas...”, os sujeitos que empreendiam tais tarefas e que desempenhavam as mais diferentes atividades, mas que, pela condição de sua raça ou classe, na leitura de Cubas eles não possuíam um lugar mais coadjuvante naquela literatura que certamente seria também uma memória de família sobre a derrota de Napoleão.

Para Chalhoub (2018), essa narrativa deixava muito explícito o lugar de cada indivíduo na sociedade oitocentista, principalmente quando observado a partir do olhar de quem tinha muitas posses, dos donos de escravos e de imóveis. Ou seja, para essa gente a escravidão era tão naturalizada que não se fazia necessário personificar as ações no mundo do trabalho; a servidão era parte do cotidiano daquela gente pela condição imposta pela sua raça. Ela estruturava as relações sociais a tal ponto que não era reconhecida enquanto escravidão – o que fazia com que, muitas vezes, os sujeitos não fossem identificados.

A partir da literatura percebemos, portanto, o pensamento acerca da raça anunciado por

Brás Cubas, ou seja, uma consciência de que ao escravo cabia a servidão e que esse olhar sobre esse tipo de realidade social era algo comum entre os escritores do século XIX. A naturalidade nesse tipo de narrativa pode ser observada também em Dom Casmurro quando, em uma conversa com Escobar, apresentou uma variedade de nomes de escravos que faziam parte dos bens de sua família (fundamentais para a manutenção da posição social) – nomes de todos os tipos e que começavam com todas as letras do alfabeto. Fato que chamou a atenção do interlocutor de Casmurro e o fez indagar a respeito da quantidade de escravos que se tinha na propriedade, mesmo quando a escravidão não se apresentava ostensivamente presente na narrativa. A partir desse momento, o autor possibilitou que a literatura servisse como ferramenta de reflexão para o cenário de escravidão naquela época.

De acordo com Chalhoub (2018), a partir da imaginação literária se construía uma crítica social sobre a escravidão e seus diferentes aspectos no cotidiano do Brasil oitocentista, entre elas, é possível mencionar a questão da maternidade escrava. O romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, já denunciava em 1859 a violência exercida contra a mulher negra, quando “Suzana deixara a filha com a mãe, fora ‘colher milho’, ouvira assobiar na mata, escravizada, navio negreiro, nunca mais veria a filha e carregava esse sofrimento ‘todas as horas’.” (CHALHOUB, 2018: 3).

Ela (a violência) perpassava pelo sofrimento psíquico, físico, sexual e tudo isso era acionado no cenário político da época – uma vez que a condição do ventre materno das escravizadas fomentava o debate acerca da emancipação gradual, principalmente em 1871, com a Lei do Ventre Livre – questão que muito incomodou a sociedade senhorial que acreditava ter direito sobre os corpos das mulheres e daqueles que encontravam-se em seus ventres. No entanto, antes da promulgação da referida lei, a violação dos corpos das mães escravizadas estendia-se aos filhos durante e após o ventre, como foi o caso de Túlio, personagem do romance *Úrsula*. Caso que deixou evidente a perspectiva da identidade roubada, uma vez que antes mesmo de nascer a criança já estava condicionada à escravidão.

Neste romance de Maria Firmina dos Reis que se contextualizou no Maranhão oitocentista, Chalhoub (2018) acentuou a discussão da raça, do sexo e da divisão das classes sociais, no sentido de demonstrar o modo como os personagens vivenciavam a escravidão, “[...] a narrativa recorre amiúde ao recurso de tornar a mente do escravo transparente, exposta a quem lê...” ou seja, o escravizado Túlio compreendia a sua condição social quando a narrativa apresentou o seu estado emocional de “amargura”, mas ao mesmo tempo expôs que ele mantinha viva a esperança ao ser narrado que “[...] ninguém pode escravizar a mente...” (CHALHOUB, 2018: 2).

A partir da leitura de Chalhoub (2018), nota-se também que o romance produziu uma crítica à escravidão enquanto uma instituição que causava sofrimento à população escravizada por meio de torturas, péssimas condições de trabalho e habitacionais e que isso recebia maior ênfase quando o texto deslizava “[...] da voz da narradora para a voz do escravo, criando-se uma convergência imaginária de pontos de vista de forte impacto enquanto denúncia da instituição.” (CHALHOUB, 2018: 2). A literatura de Maria Firmina dos Reis conseguiu exprimir, portanto,

o lado humano dos escravizados por meio da narrativa em detalhes do cotidiano, de seus sentimentos do cansaço advindo dos afazeres – fato que o diferenciou de outros romances da época.

Em *Fantina (cenas da escravidão)*, de Duarte Badaró, Chalhoub (2018: 4) analisou o modo como o abuso sexual foi naturalizado na narrativa proposta pelo autor, uma vez que sua linguagem aparentava partilhar do modo como o personagem da trama, Frederico, imaginava as mulheres escravizadas que tinha suas saias levantadas durante os afazeres, até o “torneado macio das exuberâncias carnavais”. Por outro lado, Chalhoub acentua também que o autor não poupou o perfil de Frederico, ao enfatizar que ele possuía uma “sensualidade canalha”, que era “perseguidor de Fantina”, que tinha um caráter rude e chulo, e que usava de seu lugar social para tentar “dobrar a Fantina”.

Essa história aconteceu durante o período de discussão da Lei do Ventre Livre e apresentou que “A condenação ao costume senhorial do abuso e do estupro convive de maneira tensa com concepções racistas a respeito da moralidade da mulher mestiça, a lenda da sexualidade exagerada da mulata.” (CHALHOUB, 2018: 5). A índole da mulher escrava estava sendo posta em suspeição a todo momento, fosse quando estava trabalhando, quando se mantinha reservada ou até mesmo pelo tom da cor de sua pele e seus traços físicos; de acordo com Chalhoub (2018: 5), “parecia haver o pressuposto de que quanto mais clara a pele, maior a virtude...”.

Por fim, Chalhoub (2018) ressalta que é preciso compreender que as literaturas produzidas no século XIX tentavam intervir nos debates políticos da época, principalmente no que tange a escravidão enquanto instituição e dos efeitos dela sobre a sociedade. Além disso, ele enfatizou que os textos literários sevem de documento para análises historiográficas por possuírem uma riqueza de detalhes sobre a escravidão que dão uma medida interessante para se compreender, principalmente, o cotidiano dos escravizados daquela época.

Dialogando com a ideia da influência da literatura no século XIX, só que recortando a discussão para a América Latina, Leyla Perrone-Moisés publicou a ampliação de um texto em 2011 intitulado “Paradoxo do romantismo literário da América Latina”, que foi proferido anteriormente em uma conferência no ano de 1994, sobre os diferentes paradoxos do nacionalismo literário.

Antes de entrar na discussão central de seu texto, Leyla Perrone-Moisés (2011) fez alguns apontamentos que são importantes para compreendermos o modo como ela conduziu a sua discussão. Ela chamou a atenção para o fato de que as literaturas latino-americanas possuem uma temporalidade mais curta, com um recorte mais ou menos baseado no período da colonização. Além disso, desde o início elas estiveram diante do enfrentamento do que ela chamou de “questão identitária”, ou seja, a discussão entre nós e o outro – sempre levando em consideração as especificidades de cada contexto para que não caíssem no discurso “pós-colonial”.

Dito isso, a conferência girou em torno das produções literárias em espanhol e português. Tal perspectiva se deu porque havia condições históricas que as diferenciavam de literaturas coloniais produzidas em outras regiões do globo, como na América do Norte, por exemplo.

Fatores como a questão da formação cultural europeia e os valores difundidos desde a Revolução Francesa influenciaram as oligarquias existentes nos países de origem latino-americana. Quando as tropas napoleônicas começaram a avançar pela Europa e chegaram a tomar as colônias espanholas, houve a fuga do rei de Portugal para o Brasil, e em decorrência da instalação da corte no Rio de Janeiro, a Independência foi proclamada de forma única e ambígua (PERRONE-MOISÉS, 2011).

Instaurada com a sensação, ou mesmo ilusão, de “separação amigável”, a Independência do Brasil não teve o mesmo ímpeto dos demais países latino-americanos. Por outro lado, é preciso considerar o forte impacto com consequências culturais e literárias que os países que conquistaram a sua independência sofreram em decorrência das grandes potências, entre elas, os Estados Unidos. Por isso, ao tentar compreender os aspectos que circunscrevem as literaturas latino-americanas, é preciso levar em consideração esses pontos que as diferenciam das produções literárias coloniais e pós-coloniais (PERRONE-MOISÉS, 2011).

A identidade cultural dos países independentes se deparou não com uma identidade que havia sido roubada ou apagada anteriormente, ou seja, que poderia ser recuperada; pelo contrário, apesar do desejo de libertação, a ligação permaneceu por meio da identidade entre as culturas e as literaturas. Por isso, Perrone-Moisés (2011) acreditou que “[...] as relações das literaturas latino-americanas com as literaturas europeias não são o enfrentamento de tradições diversas, mas constituem um ‘caso de família.’” (PERRONE-MOISÉS, 2011: 185).

Isso fica mais evidente quando a autora chama a atenção para a tônica identitária dos primeiros letrados da América Latina, que se sentiam europeus em exílio. A aparente sensação de que não se encaixavam nessa terra, que não partilhavam dos sentimentos e das ideias produzia um profundo sentimento de deslocamento. Isso desaguou na questão do “americanismo desterrado”, fosse nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, ao dizer que os costumes europeus, o aparato institucional e as novas ideias em um ambiente que não era favorável à recepção ocasionou um sentimento de desterramento na própria terra. Fato que foi reafirmado por Jorge Luis Borges ao relatar que se sentia um europeu que havia nascido no exílio (PERRONE-MOISÉS, 2011).

Essas falas tornaram evidente não só a questão do descontentamento dos intelectuais, mas demonstrou como a própria identidade desses sujeitos era conflitante. Esse aspecto dialoga com a proposta da disciplina, pois demonstra que o processo de constituição das nações e suas respectivas identidades nacionais foi delicado, quando não conflitante, mesmo em países como o Brasil, que mais acima discutimos que teve uma Independência sem tantos aspectos formais que marcassem o processo.

As nações independentes, que se constituíram em seu processo formativo de acordo com seus interesses, vivenciaram a conquista da independência com base em tensões. No caso do Brasil, por exemplo, ficou o impasse de que não se tinha uma identidade nem mesmo passada. Com relação as nações latino-americanas, aflorou a sensação de que:

não somos europeus, não somos indígenas; somos uma espécie média entre os aborígenes e os espanhóis. Americanos por nascimento, europeus por direito, achamo-nos no conflito de disputar aos naturais o título de posse e o direito de nos mantermos no país que nos viu nascer, contra a oposição dos invasores; assim, nosso caso é o mais extraordinário e complicado (PERRONE-MOISÉS, 2011: 186).

Isso demonstrou, por sua vez, que desde o início já havia uma inconsistência identitária, ou seja, uma necessidade de construir uma identidade que se assemelhasse a do outro, mesmo que naquele dado espaço inexistisse o passado do outro e o de si tivesse sido usurpado. Tais fatores foram importantes para que a literatura tomasse para si o fardo de trabalhar efetivamente na constituição de uma identidade nacional para fundamentar o processo de construção das nações latino-americanas que faziam parte. Até aqui, percebe-se que a literatura serviu como um instrumento fundamental para a promoção do nacionalismo nos processos de independência da América Latina.

Na tentativa de exemplificar esse movimento de prova de uma cultura, Perrone-Moisés (2011) mencionou que diferentes autores expressavam as amarras intelectuais as quais estavam submetidos, como relatou António Cândido que não podia dar asas a sua imaginação, não possuía liberdade para escrever, pois se encontrava preso à necessidade de produzir escritos que auxiliassem na construção da pátria.

Para Perrone-Moisés (2011), a nação se constituía por meio de imagens baseadas em metáforas e quando elas eram, por sua vez, utilizadas para performar os discursos identitários da América Latina, demonstravam as dificuldades que os países independentes possuíam na tentativa de constituição de sua autoimagem; fato esse que reforçava a ideia de que a reflexão dessa imagem dependia do outro europeu “[...] quer seja para imitá-lo, quer para rejeitá-lo.” (PERRONE-MOISÉS, 2011: 187).

Outro aspecto crítico-literário que a autora chamou a atenção, com base em estudos sobre a temática, foi para a ideia de civilização *versus* barbárie protagonizada em muitos romances da época, entre eles, *O Guarani* (de José de Alencar), em 1857, *Amalia* (de José Mármol), em 1851, entre outros da América Latina que acabaram por reforçar em suas narrativas a ideia de que “[...] os latino-americanos são, de todos os povos, os únicos que aplicaram o qualificativo bárbaro a eles mesmos, e não aos outros, o que contraria a própria etimologia da palavra.” (PERRONE-MOISÉS, 2011: 188).

Essa questão da civilização *versus* barbárie encaminha a discussão para a noção de *centro* e *periferia*, como se a literatura pensada a partir do centro (leia-se também Europa) oferecesse vantagens, ideias e formas artísticas “idealmente afinadas”, e que nas zonas periféricas (ou periferia) existisse apenas as questões problemáticas, “os desconsertos sociais” que não possuíam acertos ou estética agradável à constituição da identidade nacional. Partindo dessa perspectiva, o nacionalismo “[...] só pode ser vivido como ressentimento e recriminação de si mesmo e do outro, numa oscilação entre o ufanismo e o complexo de inferioridade.” (PERRONE-MOISÉS,

2011: 189). Foi a partir dessa tentativa de definição perante a Europa que os escritores da América Latina acabaram dando de encontro com os chamados “paradoxos nacionalistas”.

Retomando a questão da dependência econômica e cultural mencionada anteriormente, entende-se que os paradoxos nacionalistas se constituíram justamente por meio desse anseio de combater o outro que estava em si mesmo, conforme um trecho de Mário de Andrade exposto por Perrone-Moisés (2011), em que o sujeito se sentia branco, mas um branco desterritorializado, que não reconhecia o mundo que o compactava. O inimigo era, portanto, um sujeito mal definido que acabava por oscilar mediante as circunstâncias que se apresentavam, onde atribuía ao outro as dificuldades encontradas em si. Para Perrone-Moisés (2011: 191), “[...] a busca de uma essência nacional, visando a conquistar um lugar honroso no conjunto das nações, esbarra sempre no paradoxo de reforçar o localismo e o provincianismo, embora o objetivo maior seja provar o valor universal dessa particularidade.”

Foi nesses desencontros que se propagaram os paradoxos do nacionalismo literário latino-americanos, que tinham por característica a reivindicação que beirava o desconhecimento dos limites dos direitos e das recusas, ao passo que entendia ser necessário, por sua vez, eliminar um inimigo que seria constitutivo de sua própria identidade. Esse foi o principal aspecto que insurgiu nas relações entre as “[...] novas literaturas com a velha literatura francesa.” (PERRONE-MOISÉS, 2011: 191),

Essas produções literárias latino-americanas que almejavam ser, ao mesmo tempo, vanguardistas e cosmopolitas imergiram em uma contradição mal resolvida acerca do conceito de nação que havia sido principiada pelos iluministas e, para Perrone-Moisés (2011), o modo como esses vanguardistas resolveram solucionar o problema teve um caráter primitivista porque deu forças à polarização “Bárbaros” *versus* “Civilização”, quando, no final das contas, os processos de independência na América Latina – no que tange a literatura e a cultura –, estiveram contaminados pelos mais diferentes empréstimos e assimilações. Fator esse que fragiliza, principalmente, o pensamento de *centro e periferia*.

Por fim, Perrone-Moisés (2011) acentuou que:

De modo geral, o nacionalismo, para se afirmar, é purista: rejeita o outro e acaba por tender ao racismo. Um nacionalismo que reconhece e exalta a mestiçagem defronta-se com o problema da definição dos limites na acolhida da alteridade. A mestiçagem, como ideologia, apresentou-se frequentemente como racismo disfarçado. (PERRONE-MOISÉS, 2011: 197).

Com isso, compreende-se que a concepção de nacionalismo acionada pela autora – baseada na crítica literária – remonta velhos dilemas de alteridade que antecederam os processos de independência latino-americanos, mas que, a partir das produções literárias, acabaram por ser remontados ao contexto de identidade nacional dessas sociedades porque as narrativas acionaram o outro como o ser passível de rejeição, como se ele não tivesse nenhuma conexão consigo. Por isso que, no Brasil do século XIX, era menos complicado incorporar o índio aos costumes dos europeus, formando alianças em nome do chamado “branqueamento da raça”, do

que proceder da mesma forma com o negro trazido como escravo da África, que se caracterizava como a personificação do outro.

Essa inconstância com relação ao outro a partir da concepção da raça também pôde ser visualizada em outras realidades da América Latina, como foi o caso dos romances produzidos sobre Cuba no século XIX. Juan Gelpí (1991) fez uma análise buscando compreender o discurso hierárquico no romance histórico *Cecilia Valdés*, de Cirilo Villaverde, que teve como recorte geográfico a cidade de Havana. Essa produção retratou as relações raciais que faziam parte do cenário cubano durante a escravidão, tendo como personagens os integrantes de uma família de pai espanhol e esposa e filhos cubanos. Entre os filhos existia Cecilia, que para a época era considerada “mulata clara”.

Gelpí (1991) iniciou a sua discussão enfatizando que para os leitores da obra de Cirilo, o romance possuía um caráter realista, ou seja, uma narrativa que tocava na escravidão que no século XIX assolava a sociedade – elemento que, àquela época, era um tanto singular nas produções e romances literários, pois a maioria deles intencionava propor discussões que fomentasse o crescimento de setores de dominação branca. Por fim, antes de iniciar a análise, o autor evidenciou que, deixando de lado algumas categorias como “espejo de la esclavitud” e “novelarealista”, é possível perceber os primeiros aspectos do que se caracterizaria por literatura latino-americana, que seria assinada por pessoas letradas, que “[...] incorpora y manipula el habla y la cultura de los sectores populares, no sin un certo grado de paternalismo.” (GELPÍ, 1991: 48).

O primeiro aspecto analisado pelo Gelpí (1991) diz respeito à questão linguística, ou seja, a ideia de língua “civilizada” e língua “bastarda” (ou mestiça). Esse foi um fator que sofreu diferenças na narrativa, pois eles foram muito bem delimitados pelo narrador (a quem cabia cada uma daquelas vozes). “[...] por un lado se encuentra la escritura, correcta, propia y ‘cult’ del narrador y, por el otro, la oralidad ‘incorrecta’, ‘inculta’, ‘barbara’ o ‘salvaje’ de otros personajes que presenta y caracteriza esa voz narrativa, en particular los personajes negros y mulatos.” (GELPÍ, 1991: 48).

O outro era visualizado nos personagens negros e mulatos, que não falavam da forma considerada correta e culta, que não partilhavam dos costumes locais – deixando nítido um primeiro atrito existente entre as raças que interagiam no cotidiano de Havana. As diferenças de ordem linguísticas recebiam destaque por meio do uso de *itálicos* pelo narrador, para demonstrar que ela era “bastarda”, ou seja, “[...] una oralidad que se encuentra fuera de la ley o norma linguística.” (GELPÍ, 1991: 48). Os comentários assim destacados serviam para distanciar e destacar a voz do narrador ao longo do texto, para que a sua voz não fosse confundida com as expressões de cunho vulgar e os usos coloquiais da língua.

Antes de continuar a discussão, é importante destacar que por quase todo século XIX Cuba esteve sob o domínio da Espanha. Enquanto outras regiões da América Latina vivenciavam a constituição de suas nacionalidades, Cuba ainda lutava pela independência e eliminação da escravidão. Nesse contexto, o romance de *Cecilia Valdés* se desenvolve, principalmente, nos

espaços domésticos e nos cenários que se articulam em torno das ruas de Havana. De acordo com Gelpí (1991: 49), se caracterizam “[...] como lugar de encuentros, choques y conmociones, tanto físicos como verbales. Son también un espacio asociado con las pasiones incontrolables.”

Na narrativa do autor, esses encontros verbais entre as diferentes raças nas ruas de Havana também eram produtores de colisões na oralidade.

Por un lado, los mulatos y los esclavos africanos se asociaran con el salvajismo y con la imposibilidad de discurrir de manera “racional”. Por el otro, se observa que de ese “salvaje” -de ese otro que a fin de cuentas ayuda al narrador a construirse como “no-salvaje”, como poseedor de la escritura- se destaca su oralidad, en este caso se trata de una oralidad que colinda con lo irracional. (GELPÍ, 1991: 50).

Percebe-se, portanto, que o narrador deixava claro qual era a oralidade aceitável para aquele contexto de Havana e qual não seria, bem como quem era os sujeitos que possuíam de uma cultura, de uma oralidade aceitável, e aqueles que colidiam com o “racional” por terem práticas entendidas como “selvagem”. Por isso, o narrador fez questão de destacar alguns dos personagens brancos por meio do uso “de las bastardillas”. No entanto, é importante ressaltar que esse uso se deu na maioria das vezes para destacar a oralidade e os traços físicos dos personagens de origem mulata ou negra, por acreditar que de alguma forma eles possuíam defeitos, que precisavam ser corrigidos naquele cotidiano social.

Gelpí (1991) chamou a atenção, portanto, para o fato de que o narrador colocava a carência de uma língua que ele considerava correta no mesmo patamar de uma carência corporal (leia-se também fisionômica), ou seja, a constituição do sujeito negro (o outro) naquele cotidiano de Havana soava como desproporcional para os costumes da época. Para exemplificar essa perspectiva de uma fisionomia irregular, Gelpí (1991: 51) mencionou que o narrador escreveu que os mulatos “Era de elevada talla, enjuto de carnes, carilargo, los brazos tenía desproporcionados, la nariz achatada, los ojos saltones, o a flor de rostro, la boca chica...”; e sua presença seria enfraquecedora dos espaços domésticos.

“La bastardilla” também funcionava para marcar aquele que vinha de fora, ou seja, os que não pronunciavam a língua espanhola cubana no século XIX. Gelpí (1991) apontou que o racismo serviu, nesse romance, para expressar características que se assemelhavam ao ideal de nacionalismo expresso pelas regiões que se encontravam em processo de independência. E, apesar de Cuba não se encontrar em processo de semelhante, em *Cecilia Valdés* foram excluídos os negros, mulatos e todos aqueles que, de alguma forma, eram tidos como diferentes do tipo idealizado pela cultura cubana, sendo impostos à contenções de oralidade e fisionômicas.

Entende-se que o romance de *Cecilia Valdés* não se constitui como uma literatura que deseja romper diretamente com o racismo, nem muito menos um texto que celebrava a miscigenação e união das raças, pelo contrário. Ele apenas rompe com a ideia de que o negro sai sempre como o perdedor nas histórias (GELPÍ, 1991). No entanto, é importante considerar que ao mesmo tempo que o mulato Pimenta saiu como vencedor por matar o branco, Leonardo Gambo – esse desfecho também acabou reforçando que o negro e o mulato eram tipos perigosos à sociedade

cubana, por isso o medo de sua propagação racial.

Gelpí (1991) ainda chamou a atenção para certa dualidade do narrador quanto à figura da menina Cecilia. Que de um lado a percepção sobre ela era como a figura de uma virgem, por outro, possuía traços maliciosos e malignos. Dependendo de onde se observasse, a figura de Cecilia se confundia entre o que era e o que parecia ser – como uma espécie de miragem. Mais à frente, é possível perceber que as descrições em torno da fisionomia facial de Cecilia se associavam à questão da oralidade discutida anteriormente, ou seja, que pelo fato de a menina conviver nas ruas de Havana, acabou se contaminando com aquilo que o narrador descreveu como “imoralidade”. Para o narrador, “A pesar de que su enunciación es correcta, los órganos de la oralidad de Cecilia lindan con el peligro, representan una variación de la oralidad peligrosa: en este caso el exceso de sensualidad.” (GELPÍ, 1991: 55). A questão da oralidade e da fisionomia serviam, portanto, para promover as exclusões raciais no cotidiano de Havana no século XIX (KÖNIG: 2005).

Considerações finais

Quando pensamos a relação entre literatura, nação e raça a partir dos textos de Chalhoub (2018), Perrone-Moisés (2011) e Gelpí (1991), podemos considerar que tanto no caso do Brasil como de Cuba, o conceito de nação foi operacionalizado no primeiro como por meio das representações do cotidiano, de como os sujeitos sociais se relacionavam, ou seja, o a narrativa dos intelectuais que produziam literatura estava em consonância com o contexto histórico e na tentativa de afirmar uma identidade própria; no caso de Cuba, visto que sua independência só veio em fins do século XIX, percebe-se que a literatura também explora o cotidiano social a fim de chegar o mais próximo possível da realidade vivida em Havana. A questão da escravidão se coloca na trama como um dos principais aspectos produtores de atritos entre as diferentes raças, fosse em nome daqueles conflitos de manutenção da mão de obra ou na representação de quem era aquele outro, possuidor de fisionomia e oralidades que não eram aceitáveis para Cuba naquele momento.

Por tudo o que fora discutido até aqui, foi possível entender que o uso da literatura se deu de formas variadas ao longo do século XIX por diferentes regiões da América Latina, estando elas em processo de independência ou não, como foi o caso do Brasil e de Cuba. As produções literárias serviram para revirar o cotidiano dessas sociedades ao entrelaçar concepções de raça, de identidade, conflitos sociais e nacionalismo que se moviam com os personagens da época.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. Raízes culturais; As origens da consciência nacional. In: *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 35-83.

CHALHOUB, Sidney. Literatura e escravidão. In: SCHWARTZ, Lilia; GOMES, Flávio

(Orgs.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 1-7.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (Org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 61-92.

GELPÍ, Juan. El discurso jerárquico en “Cecilia Valdes. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, n. 34, 1991, p. 47-61. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/4530560.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2022.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Diálogos*, v. 5, n. 1, 2001, p. 11-47. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/37703/19545>. Acesso em: 4 abr. 2022.

HOBBSBAM, Eric. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. In: *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 27-61.

KÖNIG, Hans Joachim. Discursos de identidad, Estado-nación y ciudadanía en América Latina. *Historia y sociedad*, n. 11, 2005, p. 9-31. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/hisysoc/article/view/23289>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Paradoxo do romantismo literário da América Latina. In: CUNHA, Carlos Teixeira da (ed). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade*. Guimarães: Opera Omnia, 2011, p. 184-202.